

# Gastos com aposentados

Na semana passada, o governador em exercício, Jackson Barreto, se reuniu com o procurador geral do Ministério Público Estadual, Orlando Rochadel, para discutir o pagamento dos aposentados de órgãos especiais e poderes legislativo e judiciário. O governo do Estado está gastando com pessoal no limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os sindicatos, a partir de estudo do Sintese, entendem que isso só ocorre porque o executivo se responsabiliza com o pagamento dos aposentados dos outros poderes. Por isso não poderia conceder melhor reajuste para os seus próprios servidores.

O déficit da folha previdenciária do Estado de Sergipe deve fechar o ano de 2013 em R\$ 700 milhões, conforme avaliações técnicas da equipe econômica do governo. E não há como resolver isso em curto prazo, porque governos anteriores não fizeram a poupança necessária dos recursos previdenciários arrecadados ao longo dos anos.

Hoje, o governo prevê um gasto anual de R\$ 3,3 bilhões com os servidores da ativa e R\$ 1,2 bilhão com os inativos. E a conta dos gastos com aposentados aumenta numa proporção muito maior do que os da ativa. Em 2012, em números redondos, foram aposentados 1.250 servidores. Para este ano, a conta sobe para duas mil aposentadorias, que contribuem para o fundo previdenciário somente sobre a diferença acima do teto salarial.

Há três meses, durante a apresentação do balanço trimestral das contas do Estado na Assembleia Legislativa, a deputada Ana Lúcia (PT) travou um embate com o então secretário da Fazenda, João Andrade, em torno da responsabilidade do pagamento dos aposentados dos outros poderes e Ministério Público. Como o Sintese, Ana acha que o Poder Executivo só enfrenta dificuldades para conceder reajustes aos servidores da ativa, porque assumiu o pagamento dos aposentados dos demais órgãos.

Especialistas, no entanto, mostram que hoje, proporcionalmente, os gastos dos aposentados dos poderes e órgãos autônomos - Tribunal de Justiça, Assembleia, Tribunal de Contas e Ministério Público - representam apenas 5% do volume total das aposentadorias pagas pelo Estado, mesmo com salários mais elevados do que os do pessoal do Executivo. Alegam que o repasse das despesas dos aposentados para os poderes não resolveria o problema de caixa do Estado e sufocaria

os poderes, que teriam menos recursos para gastar na prestação de serviços.

Mas a deputada não deixa de ter razão em função do luxo, salários milionários e desperdícios exibidos por órgãos como Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e, também, Ministério Público Estadual, agora numa suntuosa sede que assusta o cidadão que mais precisa do MPE. A Assembleia Legislativa é um pouco mais aberta, mas há algumas caixas-pretas que precisam ser desvendadas.

Quando foi prefeito de Aracaju, Marcelo Déda criou o Fundo Previdenciário do Município, em 2002. Esse fundo já possui hoje R\$ 250 milhões em caixa e, no final do ano passado, antes de João Alves Filho assumir o comando da PMA, o então prefeito Edvaldo Nogueira encaminhou projeto à Câmara estabelecendo que esses recursos só poderiam ser utilizados para o pagamento dos servidores. Foi um embate duro, mas o bom senso acabou prevalecendo e a poupança para a aposentadoria foi mantida - a preocupação era porque nas três vezes como governador, João Alves nunca se preocupou com a reserva dos recursos previdenciários. Mas esse

fundo garante apenas a aposentadoria dos funcionários que entraram na PMA a partir da sua criação. As aposentadorias dos servidores anteriores continuarão sendo pagas com recursos do tesouro.

Em 2008, como governador, Déda também criou o fundo de aposentadoria dos servidores estaduais. Mas da mesma forma que ocorre com o fundo da PMA, só vai garantir a aposentadoria de quem entrou no Estado a partir da sua criação. Hoje já tem R\$ 150 milhões em caixa, administrados pelo Sergipe Previdência. No entanto, o tesouro terá que continuar arcando com o pagamento das aposentadorias numa proporção cada vez maior. Um sistema previdenciário considerado equilibrado estabelece a relação de três contribuições de pessoal ativo para cada inativo. Em Sergipe, segundo números da Fazenda, esse número já é de 1,4 da ativa para cada um inativo. Vai alcançar uma proporção ainda mais alarmante.

A situação do Estado de Sergipe não é muito diferente da dos demais Estados. Todos enfrentam gigantescos déficits previdenciários. No futuro, a bolha vai estourar, mas nesse momento, não será apenas transferindo os gastos com aposentados dos poderes que o executivo sergipano poderá conceder maior reajuste aos seus servidores.

**A situação previdenciária do Estado de Sergipe não é muito diferente da dos demais Estados. Todos enfrentam gigantescos déficits previdenciários. No futuro, a bolha vai estourar, mas nesse momento, não será apenas transferindo os gastos com aposentados dos poderes que o executivo sergipano poderá conceder maior reajuste aos seus servidores**